

## SUMÁRIO

PREFACIO A TERCEIRA EDIÇÃO – JOSE TARCIZO DE ALMEIDA MELO .....	7
PREFACIO A PRIMEIRA EDIÇÃO – EPAMINONDAS FULGÊNCIO NETO .....	23
APRESENTAÇÃO A SEGUNDA EDIÇÃO – SILVIO LUIS FERREIRA DA ROCHA .....	27
NOTA A 4.ª EDIÇÃO .....	29

### PARTE I

#### O PATRIMÔNIO PÚBLICO E SUA NOÇÃO. ASPECTOS MATERIAIS DOS ATOS DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA

1. CONCEITO DE PATRIMÔNIO PÚBLICO .....	37
2. O PATRIMÔNIO PÚBLICO COMO DIREITO FUNDAMENTAL.....	48
2.1 A interação entre direitos humanos e direitos fundamentais	48
2.2 Os documentos internacionais de combate à corrupção e a compreensão do patrimônio público e da moralidade ad- ministrativa como direitos humanos... ..	51
2.3 O patrimônio público e a moralidade administrativa tute- lados pela Constituição Federal .....	56
2.4 Da dimensão solidária do direito fundamental à tutela da dignidade da pessoa humana .....	61
3. A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA .....	66
3.1 A Administração Pública.....	66
3.2 Administração direta e Administração indireta .....	70
3.2.1 Autarquias.....	74
3.2.2 Fundações públicas e fundações de apoio ....	76
3.2.3 Sociedades de economia mista .....	81
3.2.4 Empresas públicas.....	85
3.3 A Reforma Administrativa e seus reflexos .....	85
3.4 A privatização das “estatais” .. ..	96
3.5 As agências reguladoras, as concessionárias e as permissio- nárias de serviço público e as PPPs.....	100

3.6	O terceiro setor.....	113
3.7	Límites da terceirização....	120
4.	PATRIMÔNIO PÚBLICO.....	123
4.1	Acervo do patrimônio público . . . . .	123
4.2	Bens públicos, regime jurídico e aquisições.....	125
4.3	Afetação e desafetação de bens públicos (a passagem da idéia de propriedade à noção de domínio público e de pa- trimônio administrativo) .....	143
4.4	Erário público .....	147
4.5	Direitos .....	149
4.6	O patrimônio moral como expressão de direito fundamen- tal reflexivo .....	150
5.	INTERESSE PÚBLICO E INTERESSE DIFUSO .....	166
5.1	Interesse público e interesse difuso .....	166
5.2	A supremacia do interesse público deslocada pelo princi- pio da ponderação em face do surgimento dos direitos fun- damentais.....	170
5.3	Princípios <i>enformadores</i> da Administração Pública. Aspectos gerais .....	174
5.3.1	O princípio da legalidade sob a perspectiva do direi- to administrativo constitucional .....	180
5.3.2	A moralidade administrativa enquanto comporta- mento e norma residual.....	186
5.3.3	A impessoalidade e a antijuridicidade da redução do Estado na figura do gestor .....	192
5.3.4	A publicidade como dever de transparência .....	195
5.3.5	Informação e dimensão política da verdade.....	201
5.3.6	Eficiência: da máquina do Estado à máxima do Es- tado.....	205
5.3.7	A razoabilidade e a sua lógica .....	208
5.3.8	Proporcionalidade entre o meio e o fim .....	214
5.3.9	Confiança na função pública e segurança jurídica... ..	218
5.4	À guisa de conclusão: os princípios da Administração como instrumentos dos direitos fundamentais e da dignidade da pessoa humana.....	223